

## **EDUCAÇÃO PARA A INDÚSTRIA: A FIEMG, A FORMAÇÃO HUMANA E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1951-1960)**

**SANTOS, Jane Maria dos\*** – UFU

**LUCENA, Carlos Alberto** – UFU

**GT-09: Trabalho e Educação**

Este trabalho objetiva apresentar sinteticamente os estudos e resultados de uma recente pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, que problematizou as estratégias, propostas e projetos educacionais formulados e desenvolvidos pelo empresariado mineiro associado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG<sup>2</sup>) no nacional desenvolvimentismo, mediante a emergente necessidade formar trabalhadores para a indústria. Para isso, tornou-se necessário problematizar as relações entre a economia, o Estado e a educação por meio de um movimento dialético entre os marcos e acontecimentos históricos regionais, nacionais e mundiais essenciais para o entendimento dos objetivos da pesquisa em sua totalidade. Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas estão atreladas ao complexo e contraditório debate acerca do desenvolvimento brasileiro, no que se refere à expansão do capitalismo no Brasil e ao seu conseqüente processo de modernização industrial.

O desenvolvimentismo nesta perspectiva é concebido como um projeto de industrialização fundamentado no planejamento e no suporte estatal, como uma estratégia de acumulação de capital na indústria, que viria construir o projeto de nação brasileira por meio de uma modernização conservadora<sup>3</sup>. E em Minas Gerais, essa modernização se concretizou por meio do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da produção, implantado no Governo Milton Campos. Uma das variáveis deste desenvolvimento econômico foi a composição e representatividade de uma camada

---

\* Autor: Profa. Ma. Jane Maria dos Santos (Cientista Social, Mestra em Educação e Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia) Co-autor: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador).

<sup>1</sup>Defendida em março de 2008.

<sup>2</sup>Atualmente tal instituição é designada FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), mas de sua fundação até 1942, a entidade era denominada de FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais). Por isso, em consonância com os contextos referidos em distintas partes do texto, ora utiliza-se FIEMG, ora utiliza-se FIMG.

<sup>3</sup> Na década de 1950, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, este desenvolvimento foi teorizado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) na formulação da ideologia nacional desenvolvimentista.

pertencente tanto à elite política, quanto a elite econômica, que se referia ao empresariado industrial associado à FIMG.

É nesse sentido, que o processo de industrialização se fez presente no estado de Minas Gerais: juntamente com as características econômicas, históricas e sociais próprias da realidade mineira, emergiu a partir de 1930 um discurso industrializante que representava uma “ruptura” com o discurso agrário. E como fruto deste movimento, nasceu a FIMG, que dentre seus projetos e ações, esteve à frente de vários projetos de cunho educacional, voltados para a consolidação e fortalecimento da economia mineira, que eram essenciais para a produção em série e em grande escala que caracterizaria a estrutura industrial ao no auge do desenvolvimentismo. O fato de ter como foco os projetos educacionais gestados e concretizados pelo empresariado industrial mineiro representado pela FIEMG, parte do pressuposto que a educação sempre teve destaque dentre as preocupações empresariais. Embora fosse negado o caráter de investimento lucrativo aplicado à dimensão educacional, sabe-se que ele sempre esteve à frente dos interesses das classes produtoras.

As análises desenvolvidas privilegiam a década de 1950 em virtude do fato que é nesse contexto que tanto o desenvolvimentismo, quanto o capitalismo, a industrialização e a própria atuação da FIEMG e do empresariado mineiro atingiram seu auge. Tanto que as fontes disponibilizadas no Centro de Memória da FIEMG oferecem um vasto material para pesquisa, relativo ao período em questão.

Mas por saber-se que as bases desses fenômenos – históricos, políticos e econômicos – têm suas raízes nos marcos e acontecimentos ocorridos desde 1930, tornou-se necessário remontar, ainda que brevemente, alguns aspectos que antecederam esse período, para que a fundamentação desse estudo apresente consistência, articulação lógica e abranja a totalidade de seu objeto – no intuito de apreender a complexidade e abrangência das relações sociais que o envolve e as condições históricas e econômicas que nortearam o processo brasileiro de industrialização e a própria trajetória da FIMG e de seus respectivos projetos educacionais.

É assim que este trabalho veio problematizar a educação enquanto questão chave para o entendimento da realidade complexa e contraditória, configurada no referido período, enquanto nova característica estrutural própria do Brasil e de Minas Gerais. A obrigatoriedade de perpassar por esse período também se justifica pelo fato da FIMG ser fundada em 1933, tal qual será discutido um pouco mais a frente. A ênfase em tais

processos históricos está no fato de ser neles que ocorreram importantes transformações na relação entre o Estado e a economia, de modo a reorientar os rumos da sociedade brasileira e as características que ela assume no contexto atual.

O desafio aqui lançado não pode deixar ser problematizado sem debater sobre o eixo que sustenta toda a discussão: o Estado e sua respectiva atuação, que foi essencial para a formação do capitalismo no país e suas respectivas particularidades. Pois em seu relacionamento com a economia, o Estado exprime tanto as relações quanto as influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico (IANNI, 1971, p. 18).

Mas nem por isso deve-se menosprezar a atuação do empresariado nacional, favorável a todo esse processo – ainda que tal participação fosse submissa ao capital externo e ao próprio Estado. A problematização da formação e organização institucional de uma importante entidade patronal mineira, ou seja, da FIEMG e de seus respectivos projetos educacionais, está totalmente vinculada às relações que foram engendradas pelo Estado e por suas respectivas interfaces com diferentes sujeitos, sejam eles pertencentes ao quadro do empresariado e/ou empregadores, sejam eles pertencentes ao quadro da classe trabalhadora.

No decorrer das análises, as evidências empíricas articuladas ao debate teórico são oriundas de várias fontes primárias, pertencentes ao acervo do Centro de Memória da FIEMG<sup>4</sup>, atualmente localizado em Belo Horizonte, na sede do Sistema FIEMG. Do material disponibilizado no Centro de Memória, foram utilizados na pesquisa aqui desenvolvida: os relatórios anuais, correspondências, materiais informativos avulsos, fotografias, estatutos, livros, edições da Revista da Associação Comercial de Belo Horizonte, Revista Vida Industrial.

O ponto de partida deste estudo teve como referência o projeto mineiro de diversificação econômica elaborado durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em 1903, período no qual pela primeira vez o empresariado industrial participou ativamente das decisões políticas e econômicas do Estado. Além disso, a FIEMG tem suas raízes fincadas no processo de modernização conservadora alavancado no referido evento. O Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, foi um dos mais significantes momentos da História Mineira para suas três

---

<sup>4</sup> O Centro de Memória foi criado em 1995, no intuito de guardar, preservar e divulgar a memória das indústrias do Estado de Minas Gerais.

camadas dirigentes que juntas, constituíam a classe produtora do estado: a agricultura, o comércio e a indústria. Pois foi neste evento que, pela primeira vez, os membros mais expressivos da política e da economia se reuniram em torno de um só objetivo: o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e a diversificação de sua estrutura produtiva.

Foi por meio das resoluções dos congressos e conferências realizados pelas classes produtoras, que tanto a FIEMG quanto as demais entidades empresariais mineiras acompanhariam a partir de então, a definição do papel a ser desempenhado pelo estado e pelo capital estrangeiro no processo de industrialização, além de configurar sua própria atuação. Além disso, o ensino industrial era um tema recorrente abordado em tais eventos, que por sua vez revela a preocupação do empresariado na elaboração de projetos educacionais voltados para a capacitação da força de trabalho necessária para o projeto de modernização do estado (DELGADO, 1997, p. 57).

A finalidade última do evento era efetivar o Projeto de “restauração econômica” fundamentado na diversificação do sistema produtivo mineiro (explorando seu mercado interno), no intuito de superar a idéia de “atraso econômico” inerente ao desenvolvimento estadual (em relação aos avanços vivenciados em São Paulo e Rio de Janeiro) e a notável desarticulação e dispersão presentes na geografia e na economia em Minas.

Ainda que o destaque principal estivesse centralizado no setor agrícola, a camada industrial e a comercial aproveitaram a oportunidade de, pela primeira vez, se fazerem ouvir e até mesmo participar das decisões políticas e econômicas do estado (PEREIRA, 2001, p. 23). Um dos propósitos do congresso, presente em tais recomendações, era inserir o trabalhador dos diversos ramos produtivos, nas novas relações capitalistas ou via repressão ou via ensino profissionalizante – o que demonstra a preocupação com a educação desde os primórdios do processo.

Uma das conseqüências deste encontro se materializou no desencadeamento do processo de organização dos representantes dos diversos setores da economia mineira em entidades de classe, de modo que as mesmas adquirissem autonomia e identidade civil. E este desdobramento contava com o respaldo e patrocínio do Estado, que tinha como responsabilidade o estímulo e até mesmo o favorecimento desta tendência, no intuito de apressar o desenvolvimento da economia mineira (PEREIRA, 2001, p. 23).

Deste fato, é possível depreender que, 30 anos mais tarde, se consolidava enquanto desdobramento do Congresso de 1903, a fundação da FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais). O espaço cronológico de três décadas, que configura a lacuna entre o congresso e a organização representativa oficial da classe industrial mineira, pode ser justificado pelo próprio atraso econômico no qual o estado de Minas Gerais se encontrava, pela sua característica essencialmente agrícola e pelos interesses que estavam em primeiro plano no contexto do evento. Até porque, era preciso esperar o desenrolar do complexo movimento da história, que no período do congresso, ainda era emergente o processo de urbanização e a respectiva florescência de vários estabelecimentos industriais. Tanto que suas estratégias educacionais, somente iriam emergir em meados da década de 1940, em que as indústrias passariam a investir na formação profissional de seus trabalhadores.

Tal configuração justifica tanto a fundação quanto a fragilidade inicial característica dos primórdios da FIMG. Por um lado, a mesma foi criada em virtude da constante busca de afirmação e autonomia por parte do capital industrial neste complexo e contraditório período de transição. Por outro lado, no início de sua fundação apresentava certa fragilidade em sua ainda tímida atuação, em virtude da sobreposição dominância mercantil da economia cafeeira sobre a economia industrial.

Partindo do pressuposto de que no período de 1930 houve uma aliança de interesses, enquanto eixo de sustentação do desenvolvimento e da modernização do Estado Brasileiro, focado no processo de industrialização, mas com suas raízes “fincadas” nas oligarquias agrário-exportadoras, é possível constatar que, o empresariado mineiro, dando continuidade à sua participação nas decisões econômicas, adquiriu maior expressividade numa aliança entre empresa nacional privada, empresa estatal e empresa estrangeira, que emergiu do referido contexto. Ela foi firmada entre diversas frações as quais nenhuma delas por si só exercia hegemonia, pois a frente deste pacto era constituída por forças de natureza distinta (FAUSTO, 1975, p. 104). O compromisso estabelecido neste pacto consistiu no fundamento da modernização e do desenvolvimento nacional e na continuidade das tendências consolidadas em Minas Gerais em detrimento do seu primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial.

O empresariado industrial foi um dos protagonistas das transformações ocorridas durante toda a consolidação do projeto desenvolvimentista brasileiro. O Estado, por sua vez, “[...] teria por característica, o precário equilíbrio entre as forças sobre as quais se

fundara, resultado das mudanças das alianças políticas que se orientavam para uma relativa abertura do poder a novos parceiros” (MENDONÇA, 1986, p. 16).

Nessa perspectiva de modernização, segundo Draibe (1985, p. 11), o processo de consolidação do capitalismo no Brasil pode ser subdividido em três etapas: economia exportadora, industrialização restringida e industrialização pesada. De modo que a industrialização como um todo constituiu no aspecto econômico do processo de formação e consolidação do capitalismo no Brasil.

A primeira etapa da industrialização, ou economia capitalista exportadora, própria do período de transição, é caracterizada pelo crescimento industrial (que é diferente do processo de industrialização em si), no qual a estrutura econômica foi marcada pelo domínio do capital mercantil, de modo restringir os investimentos industriais ao setor produtor de meios de consumo popular (DRAIBE, 1985, p. 11 e 12). O arcaico combinado com o novo, ou seja, a “velha” economia agrário-exportadora, dialeticamente articulada com a “nova” economia urbano-industrial, foi de suma importância.

Nesse momento, o estado de Minas Gerais tinha como artifício, um diferencial na corrida pelo desenvolvimento: as grandes riquezas de seu subsolo (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). Apesar do isolamento geográfico, da economia dispersa e da perda da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para Volta Redonda (RJ) na década de 1940, as perspectivas de industrialização nessa parte do país, mobilizaram o estado e o empresariado em torno de um mesmo projeto, por meio do qual se idealizava uma industrialização autônoma: a construção de um parque industrial composto por indústrias de base – haja vista que as matérias-primas no território mineiro eram abundantes (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). Ações essas, resultantes do que se fomentava desde o congresso de 1903: a diversificação da economia mineira.

Entre 1933 a 1955, a industrialização se fez presente no processo de acumulação em virtude da sua expansão (DRAIBE, 1985, p. 13). Mas essa ela estava restringida porque o processo de acumulação não tinha o “fôlego” suficiente para consolidar plenamente, de uma só vez, as bases técnicas e financeiras necessárias, ou seja, o núcleo da indústria de bens de produção – que era essencial para viabilizar o crescimento industrial. Com efeito, o núcleo fundamental do departamento de bens de produção foi implantado de modo lento, limitado e a reboque da demanda (MELLO, 1984, p. 111).

Mediante este contexto, tornava-se emergente a necessidade, lançada por industriais mineiros (Euvaldo Lodi e Américo René Giannetti), de plantar as bases de um movimento que fundaria uma entidade dotada de objetivos mais amplos, que abrangesse não só a defesas interesses legítimos da indústria, mas também a defesa e representação do ramo industrial mediante o poder público e à estrutura econômica estadual (COUTO, 1992, p. 113). Logo, a fundação da FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) ocorreu em 12 de fevereiro de 1933, tendo como seu primeiro dirigente, o industrial José Carlos de Moraes Sarmiento – ex-presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora e também do Centro Industrial do mesmo município.

A FIMG constituiu nos seus primórdios uma entidade sindical de 2º grau, que congregava os Sindicatos patronais das indústrias do estado de Minas Gerais. Era e continua sendo a entidade representativa dos interesses do empresariado industrial mineiro, que se apresentava como a mais influente e poderosa em termos de barganha frente ao estado. Ou seja, ela iria constituir a partir de alguns anos de sua fundação, uma ampla margem de atuação, e dentre suas demais ações, adquiriram destaque os seus projetos no âmbito da educação, que formulados e fomentados pelos seus vários departamentos, eram racionalmente voltados para os mais diferentes níveis hierárquicos que em conjunto, compunham a estrutura produtiva industrial.

O discurso da FIMG apontava o processo de industrialização enquanto alternativa por excelência para o desenvolvimento da nação (DELGADO, 1997, p. 61). O que viria justificar a emergência dos primeiros projetos educacionais da FIEMG, voltados para a capacitação da força de trabalho necessária para a industrialização em voga. Desde as primeiras gestões da FIMG, especificamente a de Giannetti (a segunda), fazia-se presente a recorrente preocupação que já acirrava os ânimos tanto do Governo, quanto do empresariado: o ensino profissionalizante. Foi assim que após alguns anos, mais especificamente, em janeiro de 1942, foi criado do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (COUTO, 1992, p. 123)<sup>5</sup>.

Durante todo este contexto, Giannetti sempre esteve próximo ao processo de institucionalização do ensino profissional por meio do SENAI, que logo depois de sua implementação, teve definida a sua organização por meio de Departamentos Regionais – e Minas, por seu turno, teve o seu departamento fundado em 26 de setembro de 1942.

---

<sup>5</sup> E a partir deste período, a FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) passou a ser chamada FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais).

Por conseguinte, paralelamente ao sistema oficial de ensino, foi organizado, em parceria com as indústrias, o ensino industrial enquanto empreendimento econômico, de modo que a partir de então, a gestão da aprendizagem industrial estaria sob a tutela das entidades patronais, que neste caso, estava circunscrita à FIEMG (MOURÃO, 1992, p. 115 e 116).

Neste período, havia no Brasil uma diversificação do aparelho produtivo, em virtude da crescente incorporação de tecnologia pesada. Conseqüentemente, entrava em cena, o Departamento regional do SENAI em Minas Gerais, com o discurso de capacitar os trabalhadores necessários para a estrutura industrial mineira, que também visava tal diversificação. Enquanto instituição formadora de profissionais e educadora da mocidade trabalhadora o SENAI configurava, portanto, não somente a consciência profissional, mas também os ensinamentos considerados indispensáveis para a formação do caráter de um trabalhador (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1953, p. 52).

Por outro lado, o empresariado industrial mineiro se deparou com um grande prejuízo na produtividade (e sua respectiva lucratividade), no tempo despendido na instrução do operariado, fora as possíveis conseqüências negativas que tal fato poderia lhes causar. E o termo utilizado pelo empresariado para a instrução dos aprendizes era “adestramento”, que por seu turno, desumanizava o trabalhador, animalizando-o, desconsiderando-o enquanto ser pensante, que deveria, como uma máquina, estar apto apenas para executar atividades rotineiras e mecânicas.

Paralelamente ao SENAI, estava em ação a atuação do SESI (Serviço Social da Indústria). Esta instituição emergiu de uma carta social que representava a perspectiva empresarial de se prevenir para que o operariado não se “contaminasse” pela luta de classes, de modo a conseguir uma maior aproximação com os trabalhadores e a contenção de movimentos grevistas (DELGADO, 1997, p. 116).

Por conseguinte, não foi muito difícil para as classes patronais constatar que as suas relações com seus empregados não era somente material, mas que acarretavam várias implicações sociais, referentes à habitação, educação, assistência, saúde, etc.. Conseqüentemente, mediante esta necessidade assistencial emergente, “Foi assim que o ideal da criação de um serviço destinado a prestar assistência social ao operariado, com vistas a promover a integração entre empresários e trabalhadores, passou a dominar a mente dos homens da indústria (COUTO, 1992, p. 131).



Da mesma maneira que o SENAI, o SESI tinha seus departamentos regionais dispersos pelo território brasileiro, cada um com sua jurisdição nas bases das federações industriais, inclusive em Minas Gerais. Segundo seu documento de Divisão da Assistência e Serviço Social, publicado na Revista Vida Industrial de abril de 1953, p. 20, o SESI oferecia várias atividades educativas, que em seu conjunto eram designadas de “educação social”. Dentre elas, foi possível encontrar: o Serviço de Cinema, as palestras educativas e seminários, a Educação Artística para adultos, atividades esportivas (educação física e recreação, por meio de jogos desportivos e atividades recreativas) e por fim, o Serviço de Biblioteca.<sup>6</sup>

O SESI recorrentemente utilizava a imagem da família, ou melhor, dos membros diretamente dependentes do pai trabalhador, no intuito de sensibilizar e mobilizar estrategicamente, os empresários, do quanto seria benéfico (e lucrativo) investir num serviço social que assistisse seus operários, enquanto um investimento de médio a longo prazo. Afinal, o empresariado demandava de um trabalhador disciplinado, pai de família, que dispensasse “orgias”, para que desse modo, sua energia física fosse despendida apenas no processo produtivo. Todos esses objetivos, se baseavam na falácia da finalidade maior: a recuperação da pátria – como se por detrás dela, não se fizesse presente a incansável e exploratória luta pelo aumento da lucratividade, a máxima do capitalismo que se instalava no território nacional.

Ainda neste contexto referente à década de 1940, se consolidava em Minas Gerais o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que tinha como desafio superar os problemas da energia e dos transportes, ao objetivar transformar a região central do estado de Minas Gerais num pólo fundamental de desenvolvimento do estado. “O Plano de Recuperação, pois, respondia a velhos apelos das classes produtoras de Minas Gerais e, em especial, os formulados pelos industriais.” (DELGADO, 1997, p. 88). Foram grandes os esforços mineiros voltados para a construção da infra-estrutura que daria suporte à expansão capitalista, que foram concretizados por meio deste plano e que foram continuados com Juscelino Kubitschek na presidência do Brasil.

Todos os projetos que nesse período já se voltavam para a industrialização pesada, eram elaborados em departamentos de estudos econômicos das grandes

---

<sup>6</sup>Além das atividades educativas, havia também as atividades do serviço social (assistenciais, econômicas, estudos e pesquisas, etc.).

entidades classistas. Nessas condições, foi fundado em 1948 o Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG, sob a direção de um economista designado Jayme Peconick. A inauguração deste departamento significou a abertura de um espaço reservado para a formulação de estratégias que contribuíssem para a consolidação da indústria pesada em Minas Gerais (DULCI, 1999, p. 181). Já o Estado, entrou efetivamente em cena, ao investir diretamente nas atividades produtivas industriais – haja vista que o capital pertencente ao empresariado industrial era insuficiente e incapaz de implantar por si só dispendiosos empreendimentos de infra-estrutura (siderurgia, energia elétrica, desenvolvimento dos sistemas de transportes, etc.), “[...] o Estado se viu pressionado a atuar muito além do papel de um mero coordenador da economia, transformando-se em investidor” (MENDONÇA, 1986, p. 31). Com efeito, essa “intervenção estatal” maximizava os lucros privados, que foram favorecidos pelas empresas estatais, pois foram elas que proveram as pré-condições necessárias para a acumulação industrial privada. Mas esse favorecimento foi muito adiante: pois além de estabelecer as bases para tal lucratividade, os produtos e serviços disponibilizados pelas empresas estatais eram vendidos por preços irrisórios ao empresariado industrial.

Com todas as mudanças ocorridas na base produtiva do país, ou seja, na estrutura industrial, foram desembocadas outras mudanças que se expandiram entre as mais diversas esferas da sociedade. Logo, o que predominou nesta etapa foi a “[...] implantação do sistema produtor de bens de consumo durável de valor unitário alto ou relativamente alto” (MARTINS, 1968, p. 55). Desse modo, o setor de ponta da acumulação, foi o Departamento produtor de bens de consumo duráveis ou industrialização pesada – para ele eram direcionados todos os estímulos econômicos do Governo (MENDONÇA, 1986, p. 45).

A partir de então, intensificou-se um movimento da economia brasileira, o qual mais a frente viria aprofundar o país numa extrema vulnerabilidade aos ditames do capital internacional e subordinação às leis do imperialismo<sup>7</sup>. E daí adiante, estava estabelecida então, uma vinculação entre a política exterior e o desenvolvimento econômico brasileiro, de modo que ambos eram condicionados pelas estruturas econômica e política (a primeira condicionando à segunda) (MARTINS, 1968, p. 50).

---

<sup>7</sup> Com efeito, Mendonça (1986, p. 48) destacou o “porém” de que essa abertura do Brasil ao capital estrangeiro era uma faca de dois gumes: “Por um lado resolvia-se a contradição crucial do modelo anterior, liberando-o da dependência do desempenho do setor agrário-exportador. Por outro, semeavam-se novas contradições que, surgidas no médio prazo, revelariam as fragilidades da dependência brasileira.”

A ideologia nacional desenvolvimentista predominante, voltada para o desenvolvimento da nação foi inculcada nos trabalhadores de tal maneira que, havia a “necessidade” de que o processo de industrialização fosse efetivado a qualquer custo, para que assim o Brasil passasse a pertencer ao rol das mais nações desenvolvidas do mundo. Conseqüentemente, foi assim que a ideologia nacional-desenvolvimentista passou a ser percebida por eles como uma maneira de viver e trabalhar, um modo de vida. E todo esse processo realmente teve como um de seus desdobramentos a ascensão social, embora acompanhado de uma crescente precarização do trabalho, em decorrência da maior intensidade de exploração.

Dessa maneira, a condição do Brasil enquanto país subdesenvolvido e dependente tornou-se cada vez mais acirrada, sempre à mercê da economia mundial conduzida pelos países desenvolvidos. Por isso, “O que é essencial, para a compreensão desse Governo e da sua política econômica, é que se adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; associado, segundo a perspectiva do Governo da época” (IANNI, 1971, p. 159).

Desse modo, estabelecido o processo do desenvolvimento brasileiro no que tange à industrialização, foi possível perceber que tanto as economias regional (mineira) e nacional, quanto a articulação dos empresários e a própria fundação da FIEMG, estiveram em consonância com o movimento de expansão do capitalismo vigente desde 1930. Mas todo o esforço industrializante mineiro não eliminou todas as dificuldades. Os problemas não eram simples e nem poucos: o relativo atraso econômico de Minas, a falta de um centro comercial exportador que centralizasse as atividades econômicas do estado, essencial para acumular e apropriar excedentes necessários para o investimento industrial; a reduzida transição para o trabalho assalariado, que por sua vez obstaculizou a formação de um mercado de trabalho e de consumo, além de ser acentuado pela dispersão espacial da população e das atividades industriais dentro do estado; o precário sistema de comunicações; a concentração industrial no Rio de Janeiro e São Paulo; a vocação industrial mineira situada na mineração e metalurgia, que se deparava com as dificuldades técnicas de transporte e de grande demanda de capital, adversos à indústria incipiente; a dimensão espacial do estado, agregada aos limites naturais de sua geográfica, dificultava o desenvolvimento do sistema de comunicações e a unificação do mercado (DINIZ, 1981, p. 18 e 19).

Portanto, a desigualdade combinada fruto da formação de um capitalismo tardio, periférico e subordinado, configurou o país enquanto estado nacional desigualmente desenvolvido, no qual as suas respectivas regiões, como por exemplo, o estado de Minas Gerais competia vorazmente pelas oportunidades e meios de crescimento em termos econômicos e políticos, no intuito de se destacar perante as demais partes do país.

O fato do capitalismo, ainda que retardatário e excludente, estar em fase de consolidação, é que colocava a necessidade da preparação de quadros para o seu grande desenvolvimento, o que por sua vez, se desdobra na capacitação dos trabalhadores que constituem a estrutura produtiva industrial, que em termos fordistas, era rigidamente hierarquizada, do topo (os que pensam) à base (os que executam). Era preciso qualificar profissionalmente toda esta estrutura, é claro, por meio de projetos educacionais específicos para cada camada específica da pirâmide. A estrutura industrial organizada dessa maneira compunha o que Gramsci denomina de “bloco industrial-produtivo”, que diz respeito a todo elemento técnico (direção e operários) necessário para o capitalismo, ou seja, o “[...] bloco de todos elementos diretamente ligados à produção” (GRAMSCI, 1976, p. 387). Em termos educacionais, isso porque “Da análise e interpretação da organização escolar no período de 1955 a 1965, podemos perceber que as peculiaridades da sociedade brasileira, passam a ser encaradas por determinados setores interessados na educação da população” (RIBEIRO, 1986, p. 161). E são estes aspectos e demais questões de cunho educacional, que foram abordados, em termos pormenores, a partir de então, enquanto desdobramentos do fordismo internacional posto no Brasil, sob o impulso da racionalidade taylorista.

Com o capitalismo industrial em voga no país, abriram-se novas demandas, fundamentadas em novas exigências educacionais, visando à consolidação do projeto de modernização da nação e as metas focadas na ascensão social. Coube a esta pesquisa mapear esta demanda social de educação com suas raízes fincadas no processo de industrialização.

As análises aqui desenvolvidas têm como foco todas as edições da Revista Vida Industrial que compreendem o período de 1951 a 1961. Tal delimitação se justifica pelo fato de que foi na década de 1950 que efervesceu a industrialização e seus demais desdobramentos, a exemplo da trajetória da FIEMG. Logo, na busca de fontes que comprovassem a participação do empresariado na elaboração e execução dos projetos

educacionais voltados para o estado, emergiu o objetivo de efetivar tal procura no órgão de comunicação oficial da FIEMG – o que foi uma tentativa de sucesso na confirmação das hipóteses da pesquisa.

Nas consultas e análises realizadas no Centro de Memória da FIEMG, ficou claramente perceptível que, no que se refere à dimensão educativa, era grande a preocupação do empresariado mineiro com a capacitação da força de trabalho, que seria peça-chave para a desobstrução do desenvolvimento do processo de industrialização objetivado como nunca a partir de 1950. Em síntese é possível afirmar que, por meio do “diálogo” com as fontes primárias estabelecido nesta pesquisa, foram detectados vínculos de caráter educacional, no que se refere à FIEMG, nos seguintes órgãos, sob ela coordenados (que por sinal foram além do SENAI e do SESI): Departamento de Estudos Econômicos, Departamento de Produtividade, Departamento Regional do SENAI, Departamento Regional do SESI.

Paralelamente e contraditoriamente ao ensino industrial formal, disponibilizado via SENAI, o empresariado industrial mineiro e a respectiva entidade que o representa, (FIEMG), abriram as portas do seu estado não apenas para o capital estrangeiro, como também para a mão-de-obra estrangeira. Num telegrama do dia 16 de dezembro de 1949, o diretor do Departamento Nacional de Imigração, Viriato Saboya, enviou para a FIEMG uma lista de imigrantes alemães que tinham sido “selecionados” para embarcar rumo ao Brasil.

Isto porque, por mais que houvessem unidades do SENAI dispersas pelo território mineiro, eram poucos aqueles que se formavam em comparação com a demanda de trabalhadores oriunda da industrialização se consolidava no país. Então, mediante uma necessidade urgente, a FIEMG tratou de efetivar articulações que se desdobraram na importação de mão-de-obra do exterior. Com efeito, foi possível constatar que além de se responsabilizar pela formação de trabalhadores nacionais a partir de uma iniciativa privada, a FIEMG também supriu a demanda por trabalhadores por parte das indústrias mineiras, por meio da importação de mão-de-obra já capacitada. Fato este que, por seu turno, certamente iria se desdobrar numa redução dos gastos com a capacitação de força de trabalho.

Visando a redução de custos, a tendência era racionalizar cada vez mais o processo de trabalho, ainda que de maneira incompleta e periférica, de modo a introduzir na estrutura produtiva industrial mineira, os novos mecanismos e

organizações técnicas mais “perfeitas” do complexo industrial, em voga neste contexto (GRAMSCI, 1976, p. 387). Tais mecanismos e organizações tinham então, suas raízes fincadas no jeito norte-americano de viver e trabalhar, local onde foram executadas as idéias de Ford e formuladas as técnicas necessárias para as mudanças do período em questão. Isto por que o industrialismo tinha como pressuposto, incutir no trabalhador normas e hábitos que favorecessem o processo e os objetivos capitalistas a serem alcançados.

A aprendizagem industrial demandava “noções” referentes ao acesso ao conteúdo básico, superficial, dos conteúdos teóricos e práticos necessários para a execução de tarefas específicas, fragmentadas e rotineiras, próprias da organização científica da produção industrial da época, limitada aos parâmetros fordistas/tayloristas do contexto e que muitas das vezes dispensa a aprendizagem numa instituição escolar especializada, em detrimento da aprendizagem no próprio local de trabalho (saber tácito). Desses indivíduos não era exigido o conhecimento, mas sim a simples execução da forma mais hábil e intensa que ele conseguisse atingir. Afinal como Gramsci (1976, p. 381 e 382) apontava em suas análises, “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma grande quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.” Era a vigência do fordismo internacional, fundamentada no taylorismo, que por seu turno, consistia na aplicação de métodos da ciência aos problemas de controle e organização do trabalho nas empresas capitalistas em expansão (BRAVERMAN, 1980, p. 80).

Em 1953, de acordo com o relatório anual da FIEMG, foi possível constatar os vínculos entre o empresariado mineiro e o empresariado norte-americano (visitas, parcerias, etc.). Além disso, também numa parceria entre a FIEMG, o Ministério da Educação e a CBAI<sup>8</sup>(Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial), foi implantado em Minas Gerais o TWI (Treinamento na indústria) que se revelou enquanto uma técnica que visando uma lucratividade cada vez maior, treinava a alta gerência para a expansão dentro da estrutura industrial de métodos de trabalhos cada vez mais simples, o que facilitaria sua execução por parte do operariado, sem dele exigir um conhecimento mais apurado.

---

<sup>8</sup> A CBAI constituiu um Programa de cooperação educacional voltada para a formação/capacitação de docentes para atuarem no Ensino Profissional, que foi firmado pelos Governos do Brasil e dos Estados Unidos (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13 e 14).

Por conseguinte, o investimento na educação, neste caso, no ensino industrial, teve uma importância primordial no favorecimento do processo de industrialização no estado, haja vista que como as próprias fontes apontaram, era urgente a necessidade de capacitar trabalhadores para atuar na indústria, ou seja, educar o “cidadão trabalhador” para a sociedade industrial (SANFELICE, 2007, p. 555). Ainda que esta educação ocorresse nos próprios locais de trabalho, ela se fez presente na vida não somente dos operários do chão de fábrica, mas até mesmo dos supervisores e gerentes situados no mais alto escalão da hierárquica estrutura produtiva da indústria.

Nessa perspectiva, a população mineira e brasileira, deveria ser “educada para o progresso”, para o aumento da capacidade produtiva, enquanto alternativa de desenvolvimento econômico da nação. Era um dos pressupostos da modernização conservadora. Educação utilitária, liberal e também de convicção positivista, na qual, ao ser voltada para o trabalho, era inculcada na mente dos indivíduos enquanto preparação para o ato construtor da riqueza e da civilização tanto de Minas quanto do Brasil. A errônea percepção da positividade do trabalho não enquanto atividade emancipatória do ser humano, mas enquanto atividade positiva e enobrecedora – contraditoriamente e concomitantemente exploratória, alienante e sacrificada. O ensino industrial era portanto, um instrumento educativo ideal para a introdução do progresso, para a concretização da modernização de modo essencialmente conservador.

## REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capitalismo monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COUTO, Maria Olívia. **Ventos do sul nas montanhas de Minas**. Belo Horizonte: SENAI-MG (Coleção Memória SENAI, 3), 1992.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FIEMG/SESI. **100 Anos da Indústria em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FIEMG/SESI, 1998.

FIORI, José Luis. Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: Fiori, J.L. e Medeiros, C. (orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Vozes: pp.269-89, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976. p. 375-413.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento – 1901-2001**. BH: Associação Comercial de Minas, 2001.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1986.

SANFELICE, José Luís. O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. In: **Educação & Sociedade**. Campinas: Cedes. Vol. 28, n. 99, maio/agosto, 2007. p. 542-557. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de novembro de 2007.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 2. Belo Horizonte: Federação das Indústrias de Minas Gerais, março, 1952, ANO II.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 4. Belo Horizonte: Federação das Indústrias de Minas Gerais, abril, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 11/12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias de Minas Gerais, novembro-dezembro, 1953, ANO III.



REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9. Belo Horizonte: Federação das Indústrias de Minas Gerais, setembro, 1956, ANO VI.

Telegrama do dia 19 de novembro de 1940, do Diretor do Departamento Nacional de Imigração Viriato Saboya, destinado à FIEMG.